

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.225 - PR (2019/0257928-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : EDUARDO LUIZ MULLER
ADVOGADO : JULIANA LUIZA MULLER - PR044761
AGRAVADO : AUTO POSTO PARQUE INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO : FLÁVIA SALLES DOS REIS - PR063841

EMENTA

PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FURTO DE CAMINHÃO ESTACIONADO PARA PERNOITE NAS DEPENDÊNCIAS DE POSTO DE COMBUSTÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA CONTUNDENTE DA RELAÇÃO DE CONSUMO E QUE O LOCAL PRESTAVA SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO E PERNOITE. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7, DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

EDUARDO LUIZ MULLER (EDUARDO) promoveu contra AUTO POSTO PARQUE INDUSTRIAL LTDA (AUTO POSTO), ação de indenização por danos morais e materiais em razão do furto de seu caminhão que ficou estacionado para pernoite nas dependências do posto de combustível, após ter sido abastecido e com autorização do gerente.

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condenar o AUTO POSTO ao pagamento de danos materiais no valor de R\$ 83.451,12 (oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e doze centavos) (e-STJ, fls. 545/558).

Recursos interpostos pelas partes em face da sentença, a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao apelo do AUTO POSTO, ficando prejudicado o recurso adesivo de EDUARDO. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. FURTO DE CAMINHÃO ESTACIONADO PARA PERNOITE NAS DEPENDÊNCIAS DE POSTO DE COMBUSTÍVEL. INEXISTÊNCIA DE PROVA CONTUNDENTE E COMPROBATÓRIA DE QUE O LOCAL PRESTAVA, EFETIVAMENTE, SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO. INAPLICABILIDADE DO ART. 14 DO CDC E SÚMULA 130

Superior Tribunal de Justiça

DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO (e-STJ, fl. 669).

Os embargos de declaração opostos por EDUARDO foram rejeitados (e-STJ, fls. 712/714).

Inconformado, EDUARDO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal apontando violação dos arts. 14 do CDC; 374, I e II do NCPC e Súmula nº 130, do STJ alegando, em síntese, que a responsabilidade da ré pela guarda do veículo fora devidamente comprovada nos autos, acarretando o dever de indenizar.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a primeira vice-presidência do TJPR inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O recurso especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar compreendido na expressão "lei federal", constante do art. 105, III, *a*, da CF, conforme previsto na Súmula nº 518 desta Corte: *Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.*

A propósito, veja-se o acórdão:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INDICAÇÃO DE OFENSA A SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE NO APELO NOBRE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. [...]

2. Não cabe ao STJ apreciar a violação a verbete sumular em recurso especial, visto que o enunciado não se insere no

Superior Tribunal de Justiça

conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, a, da Constituição Federal, consoante a Súmula 518 desta Corte: "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1196344/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 24/4/2018, DJe 4/5/2018)

O Tribunal Paranaense, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu pela inexistência de prova contundente da relação de consumo, bem como se realmente o AUTO POSTO dispunha de serviço de estacionamento e pernoite. Confira-se o aresto recorrido:

Não há nos autos nenhuma prova contundente que possa explicitar a relação de consumo e, ainda, que o Posto Parque Industrial realmente dispunha de serviço de estacionamento e pernoite, tendo real ônus de zelar pelos veículos ali deixados. É importante destacar que o argumento da inicial e da sentença, partem do pressuposto que o local onde ocorreu o furto prestava um serviço, afirmação despida de qualquer conteúdo probatório contundente, haja vista que, segundo relato da própria inicial e que foi rechaçado pela defesa, tratou-se de uma mera tolerância de um gerente do posto, para que o veículo ali permanecesse. Não restaram configuradas as hipóteses do art. 14 do CDC, haja vista que não houve a efetiva prestação de um serviço de segurança, de um contrato de depósito ou mesmo de qualquer outro tipo de avença entre a pessoa jurídica de direito privado e o apelado. Não há prova de que o local mantinha uma segurança efetiva de pessoal pela empresa contratada, para que restasse caracterizado qualquer vínculo contratual, capaz de gerar um nexo causal e, conseqüentemente, o dever de indenizar. [...].

Portanto, não há prova de que havia local específico designado para estacionamento de caminhões com serviço de segurança fornecido pelo posto, assim como não há prova de nenhum contrato de depósito e muito menos prova contundente de que o apelado não desconhecia estas circunstâncias e que teria deixado o veículo sabendo dos riscos que poderiam ocorrer (e-STJ, fls. 670/672).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: A

Superior Tribunal de Justiça

pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários, pois já fixados no limite legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

